



O MOVIMENTO DO TRABALHO E O TRABALHO EM MOVIMENTO NO OESTE DA BAHIA

Tássio Barreto Cunha
Instituto Federal de Brasília

Resumo

O debate acerca da mobilidade dos trabalhadores que moram e/ou transitam no campo do Oeste da Bahia, parte da essência relacional com o território enquanto um campo de conflitos de classe, impulsionados por ações (des)territorializantes de diferentes sujeitos que disputam essa parcela do espaço. Principalmente por considerar o trabalho enquanto elemento precursor dessa dinâmica, por meio da extração da mais-valia, em um ordenamento de mundo transescalar. Diante desse arcabouço territorial de produção massiva de commodities essa escrita pretende analisar questões basilares da mobilidade dos trabalhadores no Oeste da Bahia há luz de discursos dos sujeitos envolvidos; dados estatísticos, midiáticos e jurídicos, estes referendados pelo trabalho de campo realizado e a teoria exposta.

Palavras-chave: Trabalho, mobilidade e Oeste da Bahia.

EL MOVIMIENTO DEL TRABAJO Y EL TRABAJO EN MOVIMIENTO EN EL OESTE DE BAHIA

Resumen

El debate sobre la movilidad de los trabajadores que viven y/o transitan en el campo del Oeste da Bahia, parte de la esencia relacional con el territorio como campo de conflictos de clase, impulsado por acciones (des)territorializadoras de diferentes sujetos que disputan esta parte del espacio. Principalmente porque considera el trabajo como un elemento precursor de esta dinámica, a través de la extracción de más-valia, en una orden mundial transescalar. En vista de este marco territorial para la producción masiva de mercancías, este escrito pretende analizar cuestiones básicas de la movilidad de los trabajadores en el Oeste da Bahia, a luz de los sujetos involucrados; datos estadísticos, mediáticos y legales, avalados por el trabajo de campo realizado y la teoría expuesta.

Palabras clave: Trabajo, movilidad y Oeste da Bahia.

INTRODUÇÃO

“O paraíso dos ricos, é feito
com o inferno dos pobres”.
(Victor Hugo)

Entende-se o trabalho enquanto um processo entre seres humanos e natureza. Um modo em que o humano - pelo seu próprio instinto -, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio com o ambiente que se vive. Visto que isso é realizado por meio da apropriação da natureza, compreendida como um processo de trabalho. Uma concepção humana que se encontra em constante interação com o ambiente por meio do trabalho. Um metabolismo sicionatural dialético, justificado por uma transformação mútua quando cada um se altera ao mesmo momento a partir dessa relação. Contudo, o ser humano apropria-se da natureza com diferentes propósitos a partir de concepções. Característica que o faz se diferenciar de outras espécies a partir da capacidade de possuir uma consciência que prevê a transformação efetiva material, com as perspectivas da transformação da matéria e/ou a realização de propósitos (FLORES, 2013).

A dupla concepção humana de possuir uma consciência e prever uma transformação é fundamental para o desígnio desse trabalho, pois revela aspectos da sociedade capitalista, propagandeada com leis naturais e livres, porém, praticadas a partir do sentido dominante e impositivo de uma classe, com proposições conscientes e socialmente construídas, com a prevalência atualmente de relações de trabalho flexíveis e mudanças abruptas nas relações tempo de vida/tempo de trabalho, tempo presente/tempo futuro, incertezas pessoais, estratégias de envolvimento etc. Características diretamente ligadas à degradação da natureza e a precarização humana, sobretudo por romper com qualquer ritmo natural por meio da imposição do tempo frenético do capital (ALVES, 1999), sendo que a expropriação e/ou espoliação de povos tradicionais do/no campo, é tática crucial para o avanço do capital no contexto da cadeia produtiva do agronegócio. Pois, além de buscar dominar suas simbologias e hábitos cotidianos para dificultar ao máximo a possibilidade de sobrevivência em propriedades de uso particular e/ou comunitário, soma-se o uso da força, especialmente quando há casos de resistências isoladas, sem a presença do coletivo.

O debate acerca dos trabalhadores que moram e/ou transitam no campo do Oeste da Bahia, parte dessa essência relacional com o território enquanto um campo de conflitos de classe, impulsionados por ações (des)territorializantes dos diferentes sujeitos que usufruem desse espaço. Principalmente por considerar o trabalho enquanto elemento precursor dessa dinâmica, por meio da extração da mais-valia, em um ordenamento de mundo transescalar. Expressado mais claramente nos ditos “polos de desenvolvimento”, com a inclusão de renomadas tecnologias junto a profissionais qualificados a operacionalizá-las e/ou gerenciá-las e a exclusão daqueles que não se vinculam ao “ritmo da modernidade”. Essa é a face dos municípios produtores de *commodities* do Oeste da Bahia, locais em que se misturam variados sujeitos vinculados há diferentes tempos e ritmos.

Diante desse arcabouço territorial de produção massiva de *commodities* essa escrita pretende analisar questões basilares da mobilidade dos trabalhadores no Oeste da Bahia há luz de discursos dos sujeitos envolvidos; dados estatísticos, midiáticos e jurídicos, estes referendados pelo trabalho de campo realizado e a teoria exposta.

O “vai e vem” do trabalho no Oeste da Bahia

É certo que a pujança econômica no Oeste da Bahia a partir da abertura da fronteira agrícola não proporcionou melhorias na maioria das relações e tão pouco nas condições de trabalho. Com uma tendência cada vez maior da degradação da pessoa humana e da precarização nas relações, ligadas sumariamente a injeção econômica excludente proporcionada pelo Estado e o capital, em ritmos extremamente superiores a outras políticas que poderiam mitigar o estado de vulnerabilidade social que vive a maioria da população residente nessa região. Condição ocultada por alguns veículos midiáticos ligados ao setor do agronegócio, com o discurso da oferta e o aumento de empregos formais, muitas vezes responsáveis por camuflar verdadeiras barbáries no que diz respeito as condições de trabalho.

Além da frágil legislação flexibilizada, primada em uma sequência de perdas nos direitos trabalhistas (principalmente nas últimas quatro décadas) e da fragmentação na organização dos trabalhadores, há uma série de infrações trabalhistas, em sua maioria omitidas pelo Estado. Isso por entender que esse modelo institucional é baseado nos ditames burgueses, responsável direto por impulsionar e provocar as precárias condições que milhares de trabalhadores são condicionados a vivenciar nos campos de (re)produção do agronegócio. Com destaque para aqueles que estão infiltrados nas fazendas manejando agrotóxicos, na preparação dos solos após o desmatamento e/ou queimada (“catadores de raiz”) e os presentes nas carvoarias (carvoeiros), por serem os mais vulneráveis a superexploração, ligadas a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos e o trabalho análogo ao escravo.

A Tabela 1 representa o dinamismo populacional no Oeste da Bahiaⁱ em termos absolutos, tratando-se da situação do domicílio. Indica-se a mobilidade dos trabalhadores na/para região em uma constância positiva, sentido às cidades e principalmente aos principais polos de atração, como Barreiras e LEM, hoje os dois maiores municípios do Oeste da Bahia se tratando do contingente populacional. Um verdadeiro *boom* no crescimento populacional a partir da década de 1970, quando Barreiras aumentou 558,68% a sua população em 40 anos. Logo, um verdadeiro escárnio humano, sobretudo quando levamos em consideração a situação de penúria vivida pela maioria da população vitimada nesse processoⁱⁱ, como é apresentado pelo relato da reportagem do Jornal A Tarde no início da década de 1990.

Tabela 1 – População residente por situação de domicílio, entre às décadas de 1970 a 2010, nos nove municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia

Município	Situação do domicílio	Ano									
		1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Baianópolis	Total	8.698	100	9.606	100	13.823	100	12.179	100	13.850	100
	Urbana	891	10,24	1.250	13,01	2.305	16,68	2.727	22,39	3.482	25,14
	Rural	7.807	89,76	8.356	86,99	11.518	83,32	9.452	77,61	10.368	74,86
Barreiras	Total	20.864	100	41.454	100	92.640	100	131.849	100	137.427	100
	Urbana	9.760	46,78	30.055	72,50	70.870	76,50	115.784	87,82	123.741	90,04
	Rural	11.104	53,22	11.399	27,50	21.770	23,50	16.065	12,18	13.686	9,96
Cocos	Total	13.239	100	15.730	100	15.983	100	17.611	100	18.153	100
	Urbana	2.174	16,42	3.528	22,43	4.972	31,11	6.424	36,48	8.572	47,22
	Rural	11.065	83,58	12.202	77,57	11.011	68,89	11.187	63,52	9.581	52,78
Correntina	Total	30.365	100	34.783	100	28.005	100	30.583	100	31.249	100
	Urbana	2.942	9,69	4.429	12,73	8.636	30,84	11.355	37,13	12.604	40,33
	Rural	27.423	90,31	30.354	87,27	19.369	69,16	19.228	62,87	18.645	59,67
Formosa do Rio Preto	Total	8.979	100	11.883	100	15.418	100	18.288	100	22.528	100
	Urbana	1.304	14,52	3.630	30,55	5.624	36,48	9.381	51,30	13.647	60,58
	Rural	7.675	85,48	8.253	69,45	9.794	63,52	8.907	48,70	8.881	39,42
Jaborandi	Total	-	-	-	-	11.692	100	10.288	100	8.973	100
	Urbana	-	-	-	-	1.687	14,43	2.023	19,66	3.040	33,88
	Rural	-	-	-	-	10.005	85,57	8.265	80,34	5.933	66,12
Luís Eduardo Magalhães	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	60.105	100
	Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	54.881	91,31
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	5.224	8,69
Riachão das Neves	Total	14.693	100	18.292	100	20.282	100	21.917	100	21.937	100
	Urbana	3.060	20,83	5.950	32,53	8.921	43,98	10.257	46,80	10.744	48,98
	Rural	11.633	79,17	12.342	67,47	11.361	56,02	11.660	53,20	11.193	51,02
São Desidério	Total	12.790	100	14.926	100	18.977	100	19.006	100	27.659	100
	Urbana	2.152	16,83	3.143	21,06	5.539	29,19	7.129	37,51	8.633	31,21
	Rural	10.638	83,17	11.783	78,94	13.438	70,81	11.877	62,49	19.026	68,79

Fonte: IBGE (2016)

“‘Realidade caótica’ é um termo utilizado pelos jornais locais para definir a situação de bairros como a Vila Brasil, onde ainda se morre de hanseníase. O bispo local afirma que a região deve ser proporcionalmente, uma das recordistas mundiais de esquistossomose e doença de chagas. Em áreas como a Vila Amorim, até o cemitério é clandestino. A exemplo de localidades mais remotas do sertão nordestino, onde impera a miséria e a mortalidade infantil exhibe índices recordes, onde muitas crianças são sepultadas “sem guia de enterro”. Uma moradora, que denunciou o cemitério por estar avançando sobre o caminho de sua casa, afirmou que “os corpos chegam em caixas de papelão, sacos plásticos

e de panos, raramente num caixão”; são 36 covas rasas, algumas ostentando uma cruz”.

(Jornal A Tarde, Salvador, 31/07/1990 *apud* Haesbaert, [1995]).

A penúria humana expressada com exemplos de moléstias e débeis situações vivenciadas pela população, são somadas com condições de trabalho impostas a um povo pobre, muitas vezes faminto, que não possuía nem a licença de ser sepultado da forma que atendesse aos seus preceitos culturais/religiosos. Essas circunstâncias atualmente se reconfiguraram com a melhora nos índices das moléstias relatadas, como ocorreu em todo o Brasil a partir do avanço dos programas de atenção básica a saúde pública, no entanto acompanhada com penosos aumentos nos índices ligados a degradação do trabalho. Ou seja, tem-se um avanço em alguns requisitos da política de bem-estar social, porém a degradação da pessoa humana prossegue com a imposição de condições de trabalho precárias, substancialmente presentes no hall da cadeia produtiva, como exemplifica o relato.

A minha esposa chegou a trabalhar como enfermeira em uma casa de saúde em Barreiras e pôde atender, assistir, diversos trabalhadores intoxicados com agrotóxicos que deram entrada na clínica São João para se tratar de “intoxicamento”. Isso já a partir do início dos anos 80. Foram altos índices de envenenamento e morte na região. Hoje parece que isso diminuiu um pouco, mas continua um alto índice de envenenamento. Por que hoje não só as tecnologias de aplicação dos agrotóxicos foram otimizadas, como os meios de aplicação também. Por que hoje aplica, além de outros métodos, a aviação agrícola para a aplicação de agrotóxicos na região. O método é antigo, mas hoje se utiliza com maior intensidade e com menos trabalhadores.

(Roberval, São Desidério, Março de 2014)

LEM é outro polo de atração que se destaca no Oeste da Bahia, com um vertiginoso crescimento populacional iniciado desde a sua fundação em 1984 até os dias atuaisⁱⁱⁱ. Apesar do IBGE não disponibilizar os dados da quantidade populacional de LEM até 2000 por não ser considerado município, o crescimento da população entre 2010 e a estimativa de 2016^{iv} exemplifica a explosão demográfica vivenciada com 26,46% de aumento em apenas 6 anos. Esse crescimento é provocado a partir da mobilidade de migrantes atraídos pelas ofertas de empregos, sobretudo no centro urbano e nas fazendas circunvizinhas, como exemplifica o comentário de um morador.

São trabalhadores braçais, trabalhadores que se candidatam a subempregos, empregos esses inclusive de aplicação de agrotóxicos, que tem matado muita gente envenenada, intoxicada e as regiões de origem, de todo o país e até estrangeiro. Agora, de dentro do país, a região que a gente observa mais migrante para Luís Eduardo Magalhães é a região de Irecê.

(Elisandra, Brasília, 2014)

Apesar da migração ser um fenômeno diverso que envolve uma gama variada de condicionantes, entende-se que a lógica dos “polos de atração” (PERPETUA, 2013), com o aumento do circuito do capital vinculado a dinâmica do agronegócio, é o principal motivo de condução dos migrantes para as cidades de Barreiras e LEM, esses, em maioria, caracterizados por vivenciarem uma vulnerabilidade social extrema, sujeitando-se a precárias ofertas de emprego, condições de moradia, transporte etc., como demonstra o trecho da entrevista acima. Uma significância de precarização e superexploração, mormente para as pessoas presentes no bojo do extrato social dos menos qualificados. Em muitos casos, um carma presente no cotidiano da pessoa que migra desde o seu lugar de origem.

É nesse sentido que a mobilidade de trabalhadores para o Oeste da Bahia ocorre, inerente a uma produção do espaço polarizado, fragmentado e desigual, que guia suas escolhas locais definem os itinerários dos fluxos dos migrantes. Enquanto um efeito da dinâmica acumulativa do capital é um fator preponderante para que isso ocorra (PERPETUA, 2013), já que sem o controle e a exploração do trabalhador não há acumulação e expansão capitalista. Visto que a principal modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o tempo do trabalho explorável, por ser a principal locomotiva de manutenção do sistema, o que o faz ignorar qualquer limitação do tempo humano e da natureza para atender os seus anseios (MÉSZÁROS, 2007).

Outro processo apontado pela Tabela 1 é a alta concentração populacional no rural dos demais municípios, com exceção de LEM, Barreiras e Formosa do Rio Preto, que apresentavam em 2010, 91,31%, 90,04% e 60,58% da sua população no urbano respectivamente. Todavia, todos os demais municípios possuíam a maioria da população no rural. Esses dados evidenciam duas questões principais: que parcela considerável dos camponeses (re)existe no campo por meio de diversas formas de trabalho, seja em suas terras e/ou nos precários empregos ofertados nas fazendas e nas cidades; e que o campo nos municípios produtores de *commodities* no Oeste da Bahia, também é local de atração de migrantes. Com proeminência para o que Perpetua (2013) chamou de “redes de solidariedade”, referindo-se ao alinhamento de familiares e amigos em impulsionar a vinda de trabalhadores para determinados locais atrativos. Nos municípios produtores destacam-se as famosas “vilas”, surgidas no campo desses municípios após a implementação do agronegócio na região, fixadas próximas à área produtora.

Porém, mesmo em quantidade considerável, a população rural desses municípios vem sofrendo um decréscimo, sobretudo a partir da década de 1990. Processo que segue a dinâmica nacional, com a priorização das cidades enquanto local de investimentos e conseqüentemente de moradia da maioria dos habitantes, com a exclusão do campo, em relação a políticas públicas que pudessem viabilizar esse reduto enquanto local de vivência para aqueles que optassem por essa preferência. A única exceção desse movimento observado na Tabela 1 é o município de São Desidério, que por possuir uma diversificada estruturação da cadeia produtiva do agronegócio no campo e conseqüentemente o maior PIB agrícola do Oeste da Bahia, fez com que a sua população rural seguisse o ritmo de investimentos, com ascensão entre as décadas de 1970 e 1990 e entre 2000 e 2010 e retração entre 1990 e 2000. Fator preponderante para possuir hoje a maior população rural dentre os municípios citados, principalmente de migrantes atraídos por empregos ofertados pelo agronegócio (fazendas e agroindústrias).

Outro fator importante de ser ponderado referente à alta concentração de uma população rural pobre economicamente, mas que cultiva riquíssimos ritos culturais desenvolvidos secularmente, é a particularização de ações políticas na defesa da terra, da água e das relações de produção. Isso a partir de diversos elementos, entre eles, a cultura de construir ações políticas que buscam (re)existir na terra e lutar pelos seus laços de vida (MENDONÇA, 2015).

É nessa condição que os trabalhadores dos municípios de São Desidério e Correntina, enquanto os maiores possuidores de populações presentes no rural, são protagonistas no enfrentamento do capital, em defesa dos seus territórios. Uma concepção construída a partir dos dados da CPT e do trabalho de campo, referentes aos conflitos por terra e por água, que junto à organização dos trabalhadores, motivadas por instituições da sociedade civil organizada como ONGs, movimentos sociais, sindicatos etc., e a (re)existência desses trabalhadores em suas terras e/ou em busca de (re)conquistá-las, são responsáveis por construir um grandioso obstáculo para o avanço dos capitais que atuam no Oeste da Bahia atualmente.

A luta dos posseiros, dos atingidos por barragens, dos religiosos progressistas é somada com a dos sem-terra, que se aglutinam em ocupações e assentamentos no território da bacia hidrográfica do Rio Grande^{vi}. Estes, em sua maioria, migrantes da própria Bahia, vítimas da altíssima exclusão social prevalecente no Estado^{vii}, que encontram no movimento social uma forma de buscar alternativas de sobrevivência, junto a um determinado grupo de pessoas que lutam por “um pedaço de chão”, visto como uma propriedade capaz de alicerçar suas relações de vida, como expressam as Figuras 01, 02 e 03.

O retrato dos migrantes nos acampamentos e assentamentos visitados, representa partes consideráveis do perfil dos trabalhadores marginalizados presentes no Oeste da Bahia, em que grande parcela residiu inicialmente nas cidades de Barreiras e/ou LEM, sendo de origem baiana ou algum outro estado nordestino, que migrou para o Oeste da Bahia a partir da abertura da fronteira. Os números de pessoas que possuem moradia fixa nos três municípios com maior chegada de migrantes (LEM, Barreiras e São Desidério^{viii}) há menos de 10 anos por

tempo ininterrupto e a quantidade e a origem da população por local de nascimento, embasam a ideia exposta, como apresenta as Tabelas 2 e 3.

A mobilidade dos trabalhadores migrantes nesses municípios é seguida pelo alto fluxo de capitais. Visto que isso variará de acordo com o ambiente de investimento. LEM e Barreiras são as duas principais centralidades regionais, estruturadas para atender os anseios da cadeia produtiva, com os empregos voltados sumariamente para o setor de comércio, serviços e administração pública e privada. Performance que faz essas duas cidades possuírem mais de 90% da sua população na sede dos municípios e atraírem a maioria dos migrantes que fixam moradia e/ou transitam no Oeste da Bahia.

Nesse bojo, LEM se destaca por ter se tornado na última década o maior centro financeiro regional e conseqüentemente o município que mais atraiu trabalhadores migrantes. Contudo, o baixo número de pessoas que residem em LEM entre 4 e 6 anos e 7 e 9 durante a década de 2010, indica um alto grau de mobilidade de trabalhadores não sedentários nesses períodos, sobretudo quando se observa o crescimento populacional existente. Situação que pode ter mudado pela transferência e/ou chegada de grupos ligados ao setor de serviços no município a partir de 2007, com a maior interferência de capitais privados e do Estado a partir do início da última crise financeira mundial.



Figura 1. Acampamento Fábio Santos, Riachão das Neves – BA
Fonte: Trabalho de Campo

Tabela 2. População residente por lugar de nascimento nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério no Oeste da Bahia

Barreiras		
Lugar de nascimento	Ano	
	2000	2010
Total	131.849	137.427
Região Norte		
Rondônia	30	57
Acre	20	-
Amazonas	54	18
Roraima	11	-
Pará	116	149
Amapá	-	9
Tocantins	426	232
Região Nordeste		
Maranhão	275	392
Piauí	1.248	1.456
Ceará	3.617	2.657
Rio Grande do Norte	154	156
Paraíba	1.314	1.068
Pernambuco	3.632	2.446
Alagoas	800	489
Sergipe	453	419
Bahia	105.754	116.352
Região Sudeste		
Minas Gerais	896	974
Espírito Santo	123	204
Rio de Janeiro	244	235
São Paulo	1.439	1.893
Região Sul		
Paraná	2.863	1.251
Santa Catarina	829	202
Rio Grande do Sul	2.921	1.370
Região Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	246	143
Mato Grosso	321	203
Goiás	2.136	1.800
Distrito Federal	1.765	2.266

Luís Eduardo Magalhães		
Lugar de nascimento	Ano	
	2000	2010
Total	-	60.105
Região Norte		
Rondônia	-	33
Acre	-	10
Amazonas	-	10
Roraima	-	30
Pará	-	217
Amapá	-	-
Tocantins	-	930
Região Nordeste		
Maranhão	-	260
Piauí	-	474
Ceará	-	433
Rio Grande do Norte	-	143
Paraíba	-	830
Pernambuco	-	1.678
Alagoas	-	1.345
Sergipe	-	243
Bahia	-	41.000
Região Sudeste		
Minas Gerais	-	852
Espírito Santo	-	105
Rio de Janeiro	-	95
São Paulo	-	1.415
Região Sul		
Paraná	-	2.914
Santa Catarina	-	578
Rio Grande do Sul	-	2.818
Região Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	-	188
Mato Grosso	-	326
Goiás	-	1.725
Distrito Federal	-	446

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 3. População residente por lugar de nascimento no município de São Desidério no Oeste da Bahia

São Desidério		
Lugar de nascimento	Ano	
	2000	2010
Total	19.006	27.659
Região Norte		
Rondônia	-	-
Acre	-	-
Amazonas	-	-
Roraima	-	-
Pará	-	12
Amapá	-	-
Tocantins	47	106
Região Nordeste		
Maranhão	-	29
Piauí	8	53
Ceará	6	54
Rio Grande do Norte	8	-
Paraíba	136	90
Pernambuco	149	109
Alagoas	-	272
Sergipe	21	41
Bahia	17.621	24.768
Região Sudeste		
Minas Gerais	13	192
Espírito Santo	6	21
Rio de Janeiro	-	9
São Paulo	40	158
Região Sul		
Paraná	362	456
Santa Catarina	7	11
Rio Grande do Sul	329	245
Região Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	10	27
Mato Grosso	22	40
Goiás	199	639
Distrito Federal	8	183

Fonte: IBGE (2010)



Figura 2. Assentamento Dom Ricardo, Formosa do Rio Preto / Santa Rita de Cássia–BA

Fonte: Trabalho de Campo



Figura 3. Romeiros reunidos na 37ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa- BA

Fonte: Trabalho de Campo

Os vínculos de mobilidade no Oeste da Bahia se dão principalmente por migrações intermunicipais no estado. Característica expressada pelas entrevistas durante o trabalho de campo, os arquivos bibliográficos, experiência de vida, documentários e pelos dados indicados na Tabela 4, com base na origem dos moradores por nascimento em 2000 e 2010, em maioria originários da própria Bahia. Isto em conjunto com a alta taxa de crescimento populacional por década, mostra o alto índice de baianos que fixam moradia e/ou transitam pela região Oeste. Os estados nordestinos se destacam nesse itinerário migratório, desde a década de 1980. Como podemos observar na elevada concentração de pessoas residentes em Barreiras (como primeiro polo regional), naturais principalmente do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba e em LEM, provenientes em maioria dos Estados de Alagoas e Pernambuco. Estes inclusos nos grandes corredores migratórios nacionais, direcionados aos “polos de desenvolvimento econômico”, dos quais o Oeste da Bahia é incluído (Figura 4).

Tabela 4. Pessoas que residem a menos de 10 anos nos municípios de LEM, Barreiras e São Desidério, por tempo ininterrupto

Municípios	0-3 anos	4-6 anos	7-9 anos
LEM	8769	476	332
Barreiras	5891	3562	2330
São Desidério	1386	740	453

Fonte: IBGE (2010)

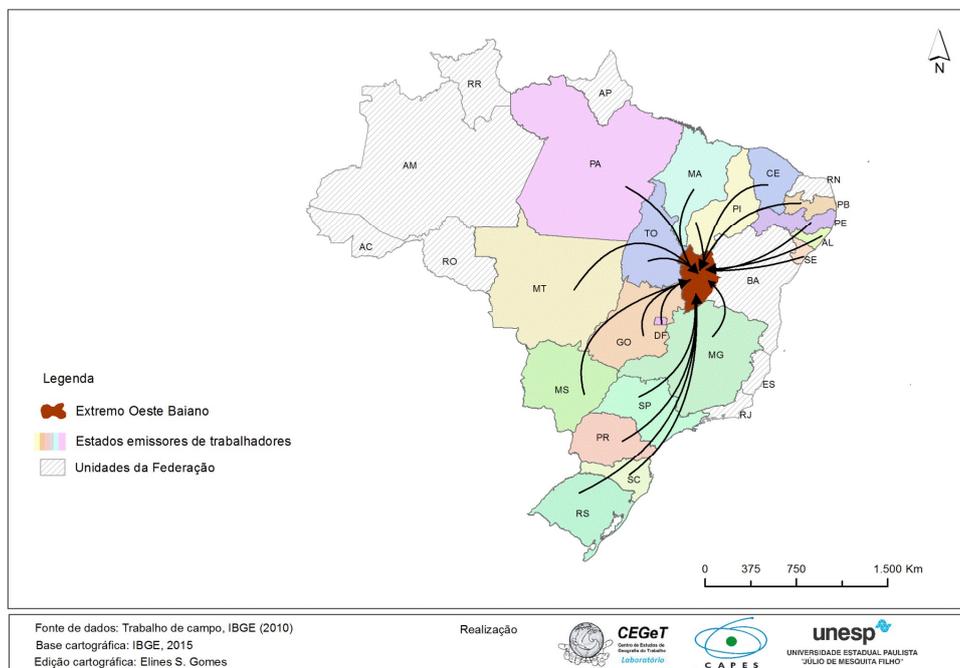


Figura 4. Fluxos migratórios para o Oeste da Bahia por estado

Outra corrente migratória destacada é a relacionada com estados limítrofes à fronteira agrícola, como o Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Maranhão e Piauí. Sobretudo com trabalhadores originários de municípios vizinhos da fronteira com a Bahia (Figura 4). Com fluxos principalmente de transeuntes, que são empregados em períodos de pré-safra, cultivo e colheita, vinculados ao preparo de todo arcabouço, do plantio à escoação da produção. Esses trabalhadores, em muitos casos, circulam diversos “polos de atração” com uma constante mudança de lavra por meio de suas redes de contato, o que Thomaz Jr. (2009) chamou de *plasticidade do trabalho*. Atraídos por ofertas de emprego que não demandam muito conhecimento específico, vigorando a mudança constante de serviços frequentemente precários e degradantes.

Outro perfil de migrante que se destaca substancialmente nos “polos de atração”, são os derivados das regiões Sul e Sudeste, procedidos dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (Figura 4) (ALVES & ROLIM, 2015). Esses são vinculados a outros corredores migratórios do Oeste da Bahia, alicerçados desde a abertura da fronteira agrícola. Constituídos de médios e grandes produtores e trabalhadores com conhecimentos mais específicos e qualificados em relação às técnicas empregadas na cadeia produtiva do agronegócio e demais serviços atrelados. O que representa outro perfil de migrante da região, presente em uma hierarquia social oposta aos nordestinos. Porém, com algumas exceções, já que não foram poucos os contatos e os relatos sobre “sulistas” que estão em situações de pobreza e/ou passando por dificuldades econômicas relacionadas ao dinamismo financeiro regional.

O destaque para o vínculo migratório com o Centro-Oeste se dá, sobretudo, com o estado de Goiás e o Distrito Federal, principalmente pelas capitais Brasília e Goiânia exercerem historicamente influência direta no Oeste da Bahia, por serem no contexto da hierarquia urbana, as duas metrópoles mais próximas^{ix} da região (Figura 4). Sendo bastante comum encontrar pessoas no Oeste da Bahia originárias dessas cidades ou de suas regiões metropolitanas, que foram atraídas para esse território devido as “redes de solidariedade” que possuem vínculo com essa rota migratória, impulsionadas pelo circuito produtivo vanguardado por políticas focadas no agronegócio^x.

Outro circuito migratório que envolve as regiões do Centro-Oeste e Norte com o Oeste da Bahia, dá-se entre trabalhadores e produtores que avançam sobre novas áreas de desmatamento, agindo, principalmente no Norte do Mato Grosso, Sul do Pará, Piauí e Maranhão e em partes do Leste do Tocantins, vinculados diretamente ao “arco do desmatamento” na divisão da Amazônia legal, do cerrado e da fronteira agrícola do MAPITOBA (Figura 4) (ROCHA *et al.*, 2011).

Os produtores são principalmente pessoas atraídas por terras baratas em “áreas novas”, impulsionadas pelo crédito farto ofertado pelo Estado e alguns setores do capital privado, nos quais muitos negociam terrenos em locais que o solo possui uma valorização maior por conta da consolidação da infraestrutura de manejo e escoação da produção. Dessa forma, vinculam-se a corredores migratórios

direcionados para regiões em que o desmatamento avança junto à barbárie sionatural do agrohidronegócio.

As formas de mobilidade transcritas têm o mesmo sentido no sociometabolismo hegemônico vigente, no que diz respeito aos mecanismos de “postergação momentânea”. Sem superar os antagonismos e contradições inconciliáveis e potencialmente explosivos do ímpeto incontrolável e irreformável da acumulação, que constitui em umas das principais características deste modo peculiar de intercâmbio reprodutivo entre sociedade e natureza. Dessa forma, o deslocamento de seres humanos (independente de classe, etnia, qualificação profissional, gênero etc.) e capitais é uma grande estratégia para manter e/ou ampliar a acumulação, reduzir custos e conter possíveis rebeldias dos trabalhadores (PEPETUA, 2013).

Não há uma regra fixa, como está expresso ao longo do trabalho, especialmente quando se discute a rebeldia dos sujeitos inconformados com a penúria social imposta. O que permite diante do posicionamento metodológico estabelecido, compreender o trabalho tanto como um ato laborativo e inscrito na produção de mercadorias, como expressão de relações de trabalho vinculadas às ações políticas-econômicas que asseguram ao capital e ao Estado condições para o efetivo controle e dominação de classe, quanto também à expressão de ações que o identifica como protagonista da superação de exploração, dominação e controle do capital (THOMAZ JR., 2013).

A miséria inerente à mobilidade do trabalho no território do Oeste da Bahia

Partimos do pressuposto que a cadeia produtiva do agronegócio no Oeste da Bahia está implantada sobre um território com condições sociais paupérrimas, o que fez o grande capital atuante na região fragmentar e selecionar os perfis de migrantes, onde os enquadrados enquanto participantes das classes possuidoras de condições de miserabilidade extrema, sempre foram os mais vulneráveis a exercerem as tarefas degradantes, tanto pela necessidade econômica, quanto por conviver em situações sociais similares em seus lugares de origem e/ou de trabalho. No nosso entendimento, são esses que compõem a maioria dos trabalhadores (as) que exercem suas atividades laborais vinculados ao setor da agricultura, em todas as partes da produção, com destaque para aqueles (as) que efetuam atividades na preparação do solo após o desmatamento^{xi} (catadores de raízes), no uso dos agrotóxicos e fertilizantes químicos (plantio) e durante a produção e circulação das culturas.

Em minoria, os outros migrantes mais qualificados profissionalmente, possuem funções normalmente bem específicas, enquadrados em condições de trabalho muito diferente dos demais. Advindos principalmente de Estados da região Sul e de São Paulo, em uma situação socioeconômica bastante desigual dos demais. No entanto, é importante observar que mesmo vinculados em condições de trabalho menos degradantes, também estão condicionados à novas formas de gestão e controle do trabalho, fundadas nas recentes relações de poder que promoveram uma divisão técnica-territorial do trabalho, na busca constante da elevação dos

índices de produtividade, forma de gestão e o foco incessante do maior lucro. Em uma constante (re)definição de referenciais alicerçados pelo hall da reestruturação produtiva do capital (HARVEY, 1990; THOMAZ JR., 2002).

Esses trabalhadores estão conectados a desdobramentos territoriais ocasionados pelo complexo da reestruturação produtiva, tendo em vista que além da pujança na competição entre os grandes grupos, em uma condição que eleva a uma maior precarização e degradação das relações e condições de trabalho, a situação de extrema pobreza pertencente à maioria da população rebate diretamente na vida desses sujeitos. Sejam aqueles que agonizam no campo e/ou na periferia dos “polos de atração” e das pequenas cidades, ou até mesmo a elite, que teme a rebeldia dos desassistidos, sobretudo por serem a maioria.

A Tabela 5 apresenta os dados do Programa Bolsa Família do Governo Federal, referentes aos municípios produtores de *commodities* agrícolas no Oeste da Bahia em 2014, o que rechaça o alto grau de pobreza prevalecente no Oeste da Bahia, paralela à elevada concentração de renda pertencente sumariamente a estruturara excludente pensada e executada pelo capital agrícola e pelo Estado. São números estarrecedores, sobretudo por saber que o cadastro do programa é efetuado por família e os números apresentados corresponderem à média por habitantes. Ou seja, é bem provável que na maioria dos municípios mais de 50% das famílias estão cadastradas no programa de combate à pobreza extrema.

Tabela 5. Média de Habitantes Cadastrados no Programa Bolsa Família em Municípios Produtores de Commodities Agrícolas do Oeste da Bahia em 2014 (%)

Barreiras	Cocos	Formosa do Rio Preto	LEM	Correntina	Riachão das neves	São Desidério	Baianópolis
16	19	23	11,1	27,68	43,77	17,42	33,26

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2015)

Os municípios vinculados diretamente à produção de *commodities* agrícolas seguem os passos do estado baiano em relação à exclusão social. Requisito ideal para o agronegócio se instalar, sobretudo na dependência que possui em demandar empregos degradantes. Dessa forma, atraindo em maioria, baianos originários da própria região e de outros territórios que possuem vínculos espaciais diretos, como os Territórios de Identidade de Irecê e do Velho Chico. Visto que a miséria extrema segue os corredores dos capitais alinhados à cadeia produtiva.

A Tabela 6 apresenta o nível de instrução da população residente nos municípios da cadeia produtiva, o que reforça a defesa da vulnerabilidade social da classe trabalhadora presente no Oeste da Bahia. Especialmente quando é observado que a extrema maioria da população está enquadrada no nível “Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto”, em todos os municípios. A outra parcela da população se divide entre o “Fundamental completo e Ensino médio incompleto” e o “Ensino médio completo e Ensino superior incompleto”, variando entre os municípios a superioridade entre os dois níveis. O nível “Ensino Superior

Completo” foi a menor variável entre todos os municípios, com média inferior ao estado da Bahia que é 3,8%, ultrapassada somente por LEM e Barreiras.

Esses dados mostram a marginal situação educacional da população do Oeste da Bahia, com a indicação de sérios déficits no ensino da população. Situação que ao mesmo tempo em que limita e dificulta a compreensão da sujeição social que a extrema maioria dos habitantes se encontra, impulsiona a rebeldia focada na busca pela inclusão social. Liderada principalmente por movimentos sociais que atuam em disputas territoriais nos mesmos ambientes que estão presentes a maioria da população considerada pobre e/ou miserável, ou seja, no campo e na periferia das cidades.

Tabela 6. Nível de instrução da população em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia (%)

Municípios	Nível de Instrução			
	Sem instrução e Ensino fundamental incompleto	Fundamental completo e Ensino médio incompleto	Ensino médio completo e Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Barreiras	46,29	17,23	30	5,74
LEM	54,08	16,52	22,83	6,22
São Desidério	72,42	12,69	11,99	1,59
Formosa do Rio Preto	64,33	16,03	15,66	2,61
Correntina	69,74	13,51	13,69	2,78
Riachão das Neves	73,28	13,18	10,88	1,45
Jaborandi	69,87	13,28	14,48	1,23
Cocos	73,31	11,94	12,98	1,65
Baianópolis	72,26	13,91	11,62	1,73

Fonte: IBGE (2010)

Alguns índices apresentados que embasam a precariedade social vivenciada no Oeste da Bahia corroboram o argumento de que toda essa complexa teia que envolve a circulação constante de força de trabalho impulsionada por uma elevada introdução de capitais, é alicerçada por um alto grau de miserabilidade, alinhado com a penúria cotidiana de parcela da população, em muitos casos finalizada com o esfacelamento de vidas. É nesse contexto que algumas cidades do Oeste da Bahia apresentadas na Tabela 7, tiveram grandiosas taxas de homicídios, com destaque a níveis estadual e nacional. Em que três dos sete municípios com as maiores médias da região, são produtores de *commodities* agrícolas, com destaque para Barreiras e LEM, as duas principais centralidades, e Formosa do Rio Preto enquanto o maior produtor. O restante são municípios adjacentes à área produtora, que não fazem parte diretamente do circuito produtivo, porém, possuem vinculação direta com os problemas sociais

presentes, como o tráfico de drogas, homicídios, concentração fundiária, trabalho escravo, intoxicação pelo uso de agrotóxicos etc. Com números que reforçam a ideia da necessidade do capital degradar vidas em nome da sua maior acumulação e expansão.

A barbárie social instalada no Oeste da Bahia é vinculada diretamente ao modelo socioeconômico instaurado no território brasileiro há séculos, impulsionado de modo mais severo nas últimas quatro décadas. Visto que, além de dar continuidade a alta concentração de terras, a exclusão de classe étnica e de gênero, aumenta a dependência do sistema financeiro global e por conseguinte, a maior submissão aos seus ditames, que possui a mercantilização da natureza e do trabalho enquanto molas centrais. Questões que rebatem diretamente na vida da população paupérrima, em especial, aqueles que vivenciam a expropriação e a espoliação dos seus hábitos e modos de vida serem usurpados, o que faz “viralizar” um povo “refém” de um sistema, que promove o engrossamento de fileiras de refugiados em direção aos novos e ufanos “eldorados do capital”, com o “peso na bagagem” da crença utópica de “vencer na vida”.

Tabela 7. Média de homicídios por 100 mil habitantes em municípios do Oeste da Bahia em 2013^{xii}

Municípios	São Felix do Coribe	Luís Eduardo Magalhães	Barreiras	Santa Rita de Cássia	Cristópolis	Cotegipe	Formosa do Rio Preto
Média de homicídios por 100 mil hab.	120,82	63,28	38,98	30,22	22,43	22,4	21,58
Posição na Bahia	1	18	68	96	135	138	142

Fonte: Mapa da Violência (2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho que move tantos andarilhos que se direcionam para o Oeste da Bahia é o mesmo que muitas vezes o penaliza pelas medidas que são obrigados a se submeter, para manter a rentabilidade de um sistema fetichista e desumanizante. Visto que a dominação do capital sobre os trabalhadores é de caráter fundamentalmente econômico, em que a política é tida como plano de fundo, licenciada a fornecer as garantias que dão sustentação à dominação já estabelecida e enraizada estruturalmente (MÉSZÁROS, 2015). Portanto, mesmo que por um lado o fluxo de capitais introduzidos na cadeia produtiva do agronegócio gere empregos, por outro, expropria e espolia trabalhadores,

convulsiona a migração em massa de pessoas desterradas, alicerça espaços com alto crescimento econômico e de baixíssimos progressos sociais, além de escarnar pessoas que se sujeitam a serviços degradantes. Desse modo, corroborando diretamente com o seu despotismo de classe enquanto base de sua sustentação, com a degradação constante da pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos & ROLIM, Lilian Nogueira. As migrações populacionais internas na década de 2000 a partir do censo demográfico de 2010: o caso da região de cerrados do centro-norte do Brasil. In. Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Org. Vicente Eudes Lemos Alves. 1ª edição. Rio de Janeiro – RJ. Consequência Editora. 2015.

FLORES, Rafael Kruter. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA. Porto Alegre – RS, 2013.

HAESBAERT, Rogério Costa. “Gaúchos” no Nordeste: Modernidade, Des-Territorialização e Identidade. Tese de doutorado em geografia, Universidade de São Paulo – USP, Departamento de Geografia. 1995.

HARVEY, David. Do fordismo a acumulação flexível. In. Condição Pós-Moderna. Tradução. Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Populacional 2010. 2010.

_____. Participação do Produto Interno Bruto em % na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1999 – 2012). 2014.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. Revista Pegada – vol. 16, n. especial da XV Jornada do Trabalho. 2015.

MÉSZÁROS, István. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo – SP. Boitempo, 2007.

_____. A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado. 1ª edição. São Paulo – SP. Boitempo. 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS. Média de Habitantes Cadastrados no Programa Bolsa Família em Municípios Produtores de Commodities Agrícolas do Oeste da Bahia em 2014. Brasília – DF, 2014.

PERPETUA, Guilherme Marini. Da Construção do Objeto à Operacionalização de Uma Pesquisa em Geografia: Uma Proposta para a Objetivação da Pilhagem Territorial e da Degradação do Trabalho. Texto apresentado como requisito parcial para a obtenção dos créditos da disciplina “Metodologias de pesquisa qualitativa em Geografia”, ministrada pelo Prof. Dr. Nécio Turra Neto, na FCT/UNESP. 2013.

ROCHA, Genival Fernandes; et. al. Detecção de desmatamentos no bioma cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. Revista Brasileira de Cartografia N° 63/03, 2011.

THOMAZ JR., Antônio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: Os limites da ‘leitura’ geográfica. PEGADA, V.3, N.1, 2002.

_____. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. Revista Pegada – vol. 14 n.2, dezembro, 2013.

Contato com o autor: Tássio Barreto Cunha <tassiocunha@hotmail.com>

Recebido em: 19/01/2020

Aprovado em: 27/05/2020

ⁱ Os municípios referendados são os localizados na área de produção da *commodities* agrícolas.

ⁱⁱ Contudo, é necessário apontar a melhora nos indicadores sociais nos “bolsões de miséria” do Brasil na última década, ligada sumariamente aos programas sociais de transferência de renda do governo federal, como o aumento do salário mínimo acima da inflação, o Bolsa Família, ampliação de vagas em todos os níveis do ensino, expansão dos programas de Saúde da Família etc.. Um progresso distante do ideal, entretanto, com uma expansão *record*, levando em consideração o recorte temporal da história contemporânea brasileira, a partir de 1500, com a imposição da “cultura ocidental”.

ⁱⁱⁱ Em 1984 LEM foi fundada enquanto vila do município de Barreiras, com o desmembramento para distrito em 1987 e a emancipação política como município em 2000.

^{iv} Segundo o Jornal O Expresso na reportagem “Luís Eduardo dobrou 2,2 vezes sua população desde a sua emancipação” (2010), em 2000, LEM possuía uma população de apenas 18 mil habitantes. O que representa um crescimento de 354% no contingente populacional se comparada com a estimativa de 81730 habitantes apresentada pelo IBGE em 2016.

^v Em destaque: Rosário em Correntina, Roda Velha em São Desidério e Coaceral em Formosa do Rio Preto.

^{vi} Área de atuação do MST na região Oeste da Bahia.

^{vii} Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2014), a Bahia foi o estado brasileiro que mais diminuiu a pobreza extrema até 2013. Aponta-se que 6,5% dos baianos ainda vivem na extrema pobreza (com menos de R\$ 84 de renda domiciliar mensal per capta) e 10,4% são considerados pobres (com rendimento mensal entre R\$ 84 e R\$ 168 per capta). Porém, o estado continua a ser o que possui a maior quantidade de pobres e miseráveis da nação em números absolutos e o maior déficit educacional do país, sendo que 17% dos habitantes são analfabetos, 49% só possuem o ensino fundamental incompleto, 12% o ensino médio incompleto, 17,87% o médio completo e somente 3,8%, possuem ensino superior completo. Condição social que rebate diretamente na mobilidade do trabalho dos baianos, o que faz da Bahia ser o estado brasileiro com maior número de migrantes, representando 33% do total da nação (IBGE, 2010). Características que influenciam diretamente na vulnerabilidade social da população, o que tornou a Bahia em 2014 o estado brasileiro com o maior número de homicídios (5450 mortes, com uma média de 36 mortes/100 mil hab.), em que cerca de 60% são ligados ao tráfico de drogas, sobretudo os derivados de cocaína como o crack (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015).

^{viii} Esses três municípios foram escolhidos como amostra, por expressarem as principais particularidades discutidas nessa parte do texto, respondendo a dinâmica observada nos demais.

^{ix} Brasília fica somente a 300 km da divisa com a Bahia no município de Correntina e Goiânia 500 km. Enquanto a capital do estado da Bahia (Salvador) se encontra a mais de 900 km de quase toda a região produtora.

^x Processos similares ocorrem com o estado de São Paulo, principalmente em sua capital e região metropolitana, devido ao Oeste da Bahia (como toda Bahia) ter sido uma área de oferta de migrantes para esse território, sobretudo a partir da década de 1950 com a impulsão da industrialização.

^{xi} Trabalhador conhecido regionalmente como “catador de raiz”.

^{xii} O Mapa da Violência contabiliza dados de municípios com população superior a 10 mil habitantes. Esses citados foram escolhidos por estarem em posição de destaque no quadro estadual e nacional (ranking apresentado pelo Jornal Online - Mural do Oeste, com a reportagem em 2014: “No ranking da violência São Felix do Coribe aparece em primeiro em taxa de homicídios entre municípios do interior”).